



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS III

**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

SARA OLIVEIRA SOUZA

**A APLICABILIDADE DA LEI N.º 10.639/03 NA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE
GUARABIRA/PB: ANALISANDO O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA
AFROBRASILEIRA**

**GUARABIRA/PB
2023**

SARA OLIVEIRA SOUZA

**A APLICABILIDADE DA LEI N.º 10.639/03 NA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE
GUARABIRA/PB: ANALISANDO O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA
AFROBRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Formação Docente e Identidades: gênero, sexual, geracional, étnico-racial.

Orientadora: Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo

**GUARABIRA/PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S432a Souza, Sara Oliveira.

A aplicabilidade da lei nº 10.639/03 na escola pública da cidade de Guarabira/PB [manuscrito] : analisando o ensino da história e cultura afrobrasileira / Sara Oliveira Souza. - 2023.
39 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH. "

1. Educação étnico-racial. 2. Ensino. 3. Prática. I. Título

21. ed. CDD 981

SARA OLIVEIRA SOUZA

**A APLICABILIDADE DA LEI N.º 10.639/03 NA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE
GUARABIRA/PB: ANALISANDO O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA
AFROBRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Formação Docente e Identidades: gênero, sexual, geracional, étnico-racial.

Aprovada em: 24/11/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Francineide Batista de Sousa Pedrosa (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu pai, a minha mãe e as minhas irmãs pelo companheirismo, apoio e amor, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por ter me ajudado e me dado forças para continuar mesmo com as dificuldades encontradas no decorrer da minha vida acadêmica.

Agradeço aos meus pais Edinalva e Sebastião por sempre me incentivarem e me apoiarem no decorrer da minha trajetória, em especial a minha mãe Edinalva que sempre me deu bastante apoio e segurou minhas mãos e enxugou tantas vezes minhas lágrimas. Quero agradecer também às minhas irmãs Erika, Sofia e Maria Eloya que sempre acreditaram em mim e que eu conseguiria chegar na universidade mesmo com as dificuldades.

Agradeço também a todos os professores da UEPB Campus III que foram essenciais na minha formação, e em especial a minha orientadora e professora querida Profa. Me. Sheila Gomes de Melo, com quem eu pude aprender tanto dentro e fora da sala de aula, sempre me apoiando e dando todo apoio necessário e acreditando no meu potencial com toda paciência e cuidado.

Aos meus colegas de turma, em especial as minhas parceiras Ana Karolina, Isabel, Larissa e Caylane que foram presentes que ganhei na universidade, em especial a Ana Karolina que foi minha dupla e sempre segurou minha mão, sem ela talvez eu não tivesse conseguido enfrentar tanta coisa e chegado até aqui.

Por fim, a todos que fazem parte da UEPB Campus III Guarabira que sempre me trataram com respeito e empatia.

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados (Munanga, 2005, p. 17).

RESUMO

O tema escolhido é importante para a promoção da educação, principalmente da educação voltada a história e a cultura afro-Brasileira, por isso, o estudo analisa a prática da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) e da educação étnico-racial na cidade de Guarabira/PB. A pesquisa tem como objetivo geral pesquisar como as escolas do município de Guarabira da rede pública estão trabalhando a lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) na sala de aula, sobretudo a partir das dificuldades e desafios que são encontrados no seu cotidiano, e também apresenta como objetivos específicos: conhecer a forma em que as escolas trabalham a educação étnico-racial, avaliar como está sendo inserida a Lei nº 10.639(BRASIL, 2003) nas escolas e quais são as metodologias usadas pelos professores, verificar se as metodologias dos professores estão colaborando para a prática da Lei nº 10.639(BRASIL, 2003), em seguida ajudar a promover atividades que trabalhará a educação étnico-racial nas escolas. Autores como Munanga(2005), Barbosa (2001), Richardson (2013) foram essenciais para contribuir para o estudo. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, onde foi analisado a qualidade das práticas dos/das professores/as, utilizando como instrumento de pesquisa o questionário composto por dois blocos de dados, um com informações pessoais dos professores e de sua formação e o outro bloco composto com perguntas abertas que auxiliou na coleta de dados da pesquisa dos nove docentes voluntários. O estudo teve um resultado satisfatório, onde todos os colaboradores que responderam os questionários afirmaram que a Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) é de fundamental importância nas instituições de ensino, e que eles buscam colocar ela em prática na sala de aula dentro das suas respectivas realidades.

Palavras-Chave: Educação étnico-racial; Ensino; Prática.

ABSTRACT

The topic chosen is important for promoting education, especially education focused on Afro-Brazilian history and culture. For this reason, the study analyzes the practice of Law No. 10.639 (BRASIL, 2003) and ethnic-racial education in the city of Guarabira/PB. The general aim of the research is to investigate how public schools in the municipality of Guarabira are working with Law No. 10.639 (BRASIL, 2003) in the classroom, especially based on the difficulties and challenges encountered in their daily lives, and the specific objectives are: to find out how schools work with ethnic-racial education, to assess how Law No. 10. 639 (BRASIL, 2003) in schools and the methodologies used by teachers, to check whether teachers' methodologies are helping to put Law 10.639 (BRASIL, 2003) into practice, and then to help promote activities that will work on ethnic-racial education in schools. Authors such as Munanga (2005), Barbosa (2001) and Richardson (2013) were essential in contributing to the study. The research has a qualitative approach, where the quality of the teachers' practices was analyzed, using as a research instrument the questionnaire composed of two blocks of data, one with personal information of the teachers and their training and the other block composed of open questions that helped in the collection of research data from the nine volunteer teachers. The study yielded satisfactory results. The study had a satisfactory result, with all the employees who answered the questionnaires stating that Law No. 10.639 (BRASIL, 2003) is of fundamental importance in educational institutions, and that they seek to put it into practice in the classroom within their respective realities.

Keywords: ethno-racial education; teaching; practice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Gráfico 1	27
Figura 2 –	Gráfico 2	28
Figura 3 –	Gráfico 3	29
Figura 4 –	Gráfico 4	30
Figura 5 –	Gráfico 5	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados dos professores	25
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MNU	Movimento Negro Unificado
PPI	Preto, Pardo e Indígena
PVNC	Pré-Vestibular para Negros e Carentes
TEN	Teatro Experimental Negro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNB	Universidade de Brasília.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	HISTÓRICO E TRAJETÓRIA DA LEI 10.639/03	17
2.1	Importância e aplicabilidade da Lei 10.639/03	18
2.2	Formação docente para o atendimento da Lei 10.639/03	19
3	PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA	21
3.1	Ações afirmativas e seu contexto histórico	22
4	METODOLOGIA	24
4.1	Caracterização dos sujeitos e do local	25
4.2	Instrumento da pesquisa	26
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
5.1	Dados da pesquisa	27
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	35
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIOS	37

1 INTRODUÇÃO

A educação étnico-racial ainda é uma problemática que existe fortemente nas escolas Brasileiras, onde pouco se é falado sobre o assunto mesmo com a imposição da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003). As instituições de ensino ainda pecam na prática dela, inserindo-a de qualquer jeito por meio de pinturas ou em datas especiais; o despreparo dos profissionais e até mesmo o preconceito com a cultura étnico-racial acaba atingindo fortemente a formação dos alunos, o entendimento das crianças e de seu senso crítico que inicia na escola.

As crianças são criadas com os costumes, tradições e conhecimentos que são passados de pai para filho, com isso, as crianças chegam na escola com os ensinamentos prévios, aquele que é ensinado e ouvido dos pais, esses conhecimentos são chamados por Bourdieu como capital cultural. O capital cultural é os conhecimentos e costumes passados de pai para filho, herdados pelas famílias (Bourdieu, 2017).

Esse capital cultural pode induzir ou influenciar as crianças a se tornar racista e a discriminar, por isso, a professora Diva Guimarães na matéria do Portal G1 de notícias fala sobre suas vivências na luta contra o racismo, ela em suas falas diz que "Ninguém nasce racista" (Justi, Kirsche, 2017). Com isso, podemos ver que as crianças nascem sem nenhuma maldade e por meio do capital cultural que tem em casa pode se tornar uma criança racista.

Por isso, é tão importante trabalhar devidamente a educação étnico-racial, pois, com o poder da informação juntamente com a educação, as crianças podem crescer sabendo o que de fato é educação étnico-racial, quebrando vários tabus e preconceitos criados pela sociedade pela falta de informação, criação da cultura familiar e do seu capital cultural.

Antes de tudo, eu como filha de família negra e de pai preto, sendo precisamente a mistura de branca com negro, me sinto na responsabilidade de, como futura pedagoga e professora da educação infantil, levar para as escolas a misticidade do nosso país e a diversidade da educação, fazendo com que as crianças conheçam desde o início da sua vida curricular que nosso país é diverso, essa vontade surgiu no meu peito quando ainda estava fazendo o estágio I do curso de pedagogia. Ao frequentar uma escola do campo de estágio me deparei com uma aluna negra, onde levei uma história para trabalhar com os alunos na qual o personagem principal dela era um menino negro, e a criança falou: tia nunca tinha

visto uma história em que o personagem era da minha cor; isso acabou despertando em mim a vontade de pesquisar mais sobre a educação étnico-racial e como está sendo as suas práticas nas escolas.

Visto isso, podemos analisar que ainda existem escolas que não incluem a educação étnico-racial nos seus planos de aulas ou na sua ementa curricular, crianças negras ainda são pouco representadas nas escolas ou inseridas em atividades, imagem, vídeos e brincadeiras feitos nas escolas, isso acaba sendo ainda uma problemática, pois a imagem da criança padrão branca, loira de olhos azuis ainda é fortemente presente nas atividades escolares.

Como questão-problema tem-se: Como as escolas da rede pública do município de Guarabira/PB estão trabalhando a lei nº 10.639/03 na sala de aula, sobretudo a partir das dificuldades e desafios encontrados no seu cotidiano?

Com isso, essa pesquisa terá como objetivo geral pesquisar como as escolas do município de Guarabira da rede pública estão trabalhando a lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) na sala de aula, sobretudo a partir das dificuldades e desafios que são encontrados no seu cotidiano, e também temos como objetivos específicos conhecer a forma em que as escolas trabalham a educação étnico-racial, avaliar como está sendo inserida a Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) nas escolas e quais são as metodologias usadas pelos professores, verificar se as metodologias dos professores estão colaborando para a prática da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003).

A Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) foi assinada em 09 de janeiro de 2003 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essa lei faz com que seja obrigatório o ensino da História e da África e da cultura afro-Brasileira nas escolas, e em 2004 o Conselho Nacional da Educação aprovou o parecer que sugere as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e afro-Brasileiras. Com isso, é perceptível que foi necessário a criação de uma lei para ser ensinado sobre a história da África e da cultura afro-Brasileira no país no qual sua maior população é feita de negros e pardos.

Sendo assim, nota-se a necessidade de investigar conforme posto em prática a Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) na sala de aula e no cotidiano das escolas públicas, e a partir disso buscar maneiras e formas de falar sobre a temática de maneira

lúdica e fácil, fazendo com que as pessoas vejam a educação étnico-racial como uma temática que possa ser trabalhada na sala levemente mesmo sendo algo sério que precisa ser debatido desde da infância.

Nos itens a seguir, trarei o contexto histórico e a trajetória da Lei nº 10.639 (Brasil, 2003), bem como sua importância e sua aplicabilidade da lei n.º 10.639 (BRASIL, 2003), e ainda, a formação docente para poder atender o que pede a Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), o preconceito e a discriminação racial na escola e as ações afirmativas e seu contexto histórico.

2 HISTÓRICO E TRAJETÓRIA DA LEI 10.639/03

A Lei nº 10.639/03 foi sancionada em 2003, porém até esse marco foi necessária muita luta dos movimentos negros. Após a abolição da escravatura os negros foram libertos e passaram a viver, ou tentar ter uma vida como os demais cidadãos Brasileiros, mas ser negro em uma sociedade altamente preconceituosa se tornou uma batalha constante, pois, é inegável as melhorias ao falar sobre a desigualdade social. Porém, apesar de grandes mudanças, a problemática continua fortemente presente em nossa sociedade, sendo, inclusive, mais perceptível por pessoas negras.

Há um tempo ser negro era sinônimo de algo ruim ou já era ligado automaticamente a marginalidade e a inferioridade. Segundo pesquisadores, o Brasil, durante o período de colonização, tinha um número grande de pessoas negras, e por isso era considerado um país sem valor para a maioria da sociedade branca.

Essa teoria durou muitos anos até chegarem à conclusão que o ideal seria acabar com a existência dos negros. Após anos, depois de muita luta, finalmente perceberam que a cor da pele não tinha nenhuma diferença com o valor aquisitivo, mostrando que as pessoas tinham uma visão distorcida da cor da pele.

Segundo Munanga (1999, p. 16):

apesar do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo Brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na “negritude e na mestiçagem”, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior.

Visto isso, cansados de viver com o preconceito, a desigualdade e a inferioridade, foram se criando movimentos sociais negros em prol dos direitos e da igualdade racial, O Teatro Experimental Negro (TEN) e o Movimento Negro Unificado (MNU) são movimentos sociais que surgiram e ganharam bastante força e visibilidade com o passar do tempo, através deles surgiram políticas públicas especificamente voltada para a população afrodescendente com a instalação do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) fundado no começo no Rio de Janeiro com o intuito de ajudar e incentivar a entrada dos alunos negros nas universidades públicas. Outro marco foi A Marcha Zumbi dos Palmares em 20 de novembro de 1995, onde ela contribuiu para a visibilidade do país para as lutas antirracistas, em 1996 o Governo da União instituiu o Programa Nacional de Direitos

Humanos, onde eles promoveram direitos humanos para todos e uma luta contra a discriminação racial.

Por meio do deputado Paulo Paim foi apresentado à Câmara Federal a proposta da lei que seria o início da lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), ela foi enviada para o Senado, mas foi arquivada após a pressão do movimento negro. Deu início aos primeiros passos para o avanço da lei, em março de 1999 o Projeto de Lei nº 257 estabelece a obrigatoriedade da inclusão no currículo da rede de ensino da História e Cultura afro-Brasileiras, outro passo é a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1999 a Lei nº 10.639/03 foi aprovada e executada em 2003, ela faz algumas alterações na LDB e nos seus artigos, ela também sofre alguns vetos na proposta de mudar a LDB.

2.1 IMPORTÂNCIA E APLICABILIDADE DA LEI Nº 10.639/03

É de fundamental importância a Lei nº 10.639/03, por ser necessário que a sociedade mude sua visão e sua perspectiva para as pessoas negras, e essa desconstrução é essencial que comesse na escola, pois é importante que as crianças não só cresçam não sendo racista, mas sendo antirracista também, e só a educação e o conhecimento podem mudar isso.

Vimos de um passado onde a cor da pele denominava valor, onde ser preto era considerado algo ruim, e o sancionamento da lei faz com que obrigue as escolas Brasileiras a falar sobre a educação étnico-racial, mudando essa visão distorcida dos negros e da sua cultura, a lei também exige uma aplicabilidade dela, onde as escolas apliquem corretamente e continue o que o regulamento pede, pondo em prática a teoria exigida por lei.

Vale ressaltar, que nas escolas apenas os brancos europeus ganham destaques, exemplo disso são as literaturas, nela pouco se era visto um personagem negro. Nos conteúdos de história, só era estudado na maioria das vezes a cultura europeia, seus costumes, riquezas e culinárias, os negros e suas culturas só era ligado a escravidão, essa realidade acaba se tornando algo triste, pois, nosso país é um lugar onde tem um número grande de negros, no qualherdamos muitos costumes deles, isso, se torna mais um ponto positivo para que a educação étnico-racial ganhe destaque nas salas de aulas, desfazendo essa visão distorcida e deplorável criada em torno dos negros e de suas origens e culturas.

Podemos analisar, que o professor tem um papel muito importante na mudança e na ressignificação da história afro-Brasileira do Brasil, sendo essencial para a formação e o entendimento das crianças, por isso, sua aula deve ser mista e provocativa, fazendo com que o aluno pense além da sua área de conforto, só assim, ele poderá se colocar no lugar do outro e entender a dor que os negros sentem desde dos seus antepassados até hoje.

De acordo com Lipmar (2008, p. 402) “O objetivo do processo educativo é o de ajudar-nos a formar melhores julgamentos a fim de que possamos modificar nossas vidas de maneira mais criteriosa”

Como menciona Lipmar, o processo educativo faz com que abrimos nossos horizontes e enxergamos as coisas de outra maneira, ajudando a entender e julgarmos os problemas da maneira correta. Porém, o incentivo ao pensamento crítico nem sempre foi acolhido da melhor maneira, exemplo disso foi na eleição presidencial de 2018, no qual era confundido o exercício de estimular o pensamento crítico ao fazer politicagem na sala de aula, muitos professores sofreram ataques sendo impedidos de falar sobre alguns assuntos.

2.2 FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ATENDIMENTO DA LEI 10.639/03

Assim como a importância do cumprimento da Lei nº 10.639/03 nas escolas, também é necessário que os docentes tenham formação sobre como colocar em prática o exigido na lei, pois, para ser passado os devidos ensinamentos para os discentes, o professor precisa ter conhecimento sobre o que será abordado em sua aula. Por isso, a importância com que os profissionais tenham formação continuada, sendo um direito dos professores, e esse direito está inserido na LDB; a formação continuada é uma forma de reparar a ausência de ensinamentos sobre a educação étnico-racial que os professores e os profissionais da educação deveriam ter no período escolar e acadêmico.

Tendo essa visão, a formação continuada deve ocorrer para além do que é aprendido na universidade, pois, a educação está em constante mudança, e o professor precisa acompanhar ela, por meio de inovações e de estudos, também é essencial que as pessoas que estão à frente da educação ofereçam essas formações continuadas principalmente as secretarias de educação, vendo como forma de

investimento na educação e nos seus profissionais, acarretando bons frutos para a educação, em aulas bem elaboradas, e principalmente facilitando no entendimento dos estudantes, já que, um bom docente saberá conduzir suas aulas ajudando seus alunos a entender perfeitamente tudo que será exposto.

Uma ferramenta muito utilizada para auxiliar nas aulas e na aprendizagem das crianças e dos adolescentes é a ludicidade, onde por meio de brincadeiras e jogos a criança acaba aprendendo se divertindo, fazendo da aula algo dinâmico e participativo, saído do método tradicionalista, ultrapassado e antigo, que muitas vezes limita o professor e o aluno.

Almeida (1978), afirma que os jogos não devem ser fins, mas meios para atingir objetivos. Estes devem ser aplicados para o benefício educativo. Sendo assim, o autor evidencia que os jogos lúdicos são meios que contribuirão para atingir os objetivos.

Macedo, Petty e Passos (2005, p. 121) destacam que:

Do ponto de vista teórico, possibilita-nos compreender os processos e estruturas psicológicas graças às quais o ser humano produz conhecimento; do ponto de vista prático, possibilita-nos analisar criticamente as situações que são mais favoráveis para isso. Jogos regras e de construção são essencialmente férteis o sentido de criarem um contexto de observação e diálogo, dentro dos limites da criança, sobre processos de pensar e construir conhecimentos.

Os brinquedos e as brincadeiras proporcionam prazer, e é muito importante sentir prazer através da aprendizagem tida por meio dos brinquedos lúdicos, a ludicidade também possibilita e ajuda as crianças com o processo de conhecer e aprender, facilitando e ajudando as crianças com dificuldade no estudo ou no entendimento.

3 PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA

De início é fundamental saber o que é preconceito. O preconceito é um pré-julgamento, onde ocorre de forma antecipada, quando se toma uma atitude preconceituosa ela é normalmente fundada no estereótipo da pessoa ou de um grupo social. Vale ressaltar, que o preconceito é passado culturalmente, se você é criando por pessoas preconceituosas provavelmente você também será uma, por isso, é importante se falar sobre o preconceito nas escolas, para que as crianças possam mesmo na sua inocência refletir sobre o que ela ver e ouve em casa e na escola, já a discriminação, é uma ação preconceituosa, onde trata o outro com indiferença e o inferioriza simplesmente por ser de uma determinada cor, raça, origem étnica e outros, essas ações podem ser de uma fala a um ato físico, como a violência física.

Munanga define em seu livro "*Superando o racismo na escola*" o preconceito e discriminação como:

Munanga (2005, p.10) "O preconceito e a atitude discriminatória."

Munanga (2005, p188) "A discriminação é a atitude ou a ação de distinguir, tendo por base ideias preconceituosas."

Infelizmente o preconceito e a discriminação está presente em toda a sociedade, nas escolas é onde deveríamos nos sentir seguros e compreendidos, porém, casos como o racismo e a discriminação ainda são presentes constantemente nela, mesmo sabendo que é crime e que a tem a lei n.º 7.716 que assegura que quem praticar racismo pode ser preso.

Os livros didáticos, por exemplo, são ferramentas necessárias nas escolas, porém, quando se trata da história afro-Brasileira o negro aparece como escravo, mal vestido, silenciado, essa imagem que passa acaba contribuindo para o racismo e para a discriminação na sala de aula.

Munanga (2005, p.23) cita que:

A criança negra era ilustrada e descrita através de estereótipos inferiorizantes e excluída do processo de comunicação, uma vez que o autor se dirigia apenas ao público majoritário nele representado, constituído por crianças brancas e de classe média.

Podemos analisar, que a população negra, parda e mestiça é predominante no Brasil, mas nas instituições de ensino ainda são minorias. Pensando nisso foi necessário criar políticas públicas para suprir essa disparidade.

3.1 AÇÕES AFIRMATIVAS E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A história do sistema de cotas raciais surgiu na Índia na década de 30, porém desde da década de 1949, já no Brasil no ano 2000 a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALEJ) aprovou uma lei que reservava metade das vagas das universidades estaduais para estudantes de escola pública, um ano depois da aprovação da lei surgiu uma nova lei, na qual determina que 40% das vagas reservadas teriam que ser destinadas a autodeclarados negros e pardos, em 2003 as duas leis mencionadas foram substituídas pela legislação vigente, em 2004 a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira universidade a implantar o sistema de cotas, reservando vagas para estudantes de escola pública, negros e pardos, logo após foi a vez da Universidade de Brasília (UNB).

A Universidade implantou as ações afirmativas para negros em seu vestibular em 2004, ela foi a primeira Federal a incluir cotas no Brasil e a usar o sistema de cotas raciais, em seguida, várias outras universidades federais passaram a incrementar e aderir a reserva das vagas para estudantes das escolas públicas e candidatos negros, pardos e indígenas.

A Lei 12.711 chamada de Lei de Cotas só foi aprovada em 2012, e com sua aprovação todas as instituições de ensino superior federais do país passou a obrigar a reserva de vagas para os alunos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e índios. Um dos objetivos da lei foi diminuir a desigualdade entre brancos e pretos, através da reparação histórica, principalmente devido à escravidão, puderam observar que ocorreu uma melhoria efetiva e significativa no ingresso dos estudantes, se fosse aguardar uma reforma no ensino das escolas públicas o processo seria muito lento, nesse sentido um estudo realizado pelo Inep constata que a Lei de Cotas estendeu em 39% a presença de estudantes pretos, pardos e indígenas oriundos de escolas públicas em instituições de ensino superior federal no período de 2011 a 2016.

No entanto, mesmo com muito cuidado o sistema de segurança foi detectado algumas fraudes na reserva das vagas, alunos brancos estavam alegando ser pardo para poder utilizar a cota PPI (preto, pardo e indígena) para se beneficiar, por isso foi criado um comitê para averiguar as denúncias que vinham sendo recebidas, algumas medidas usadas era que os estudantes fossem às instituições de forma presencial preencher formulários sobre sua autodeclaração e

etnia, assim como o presidente da Comissão de Heteroidentificação da Universidade Federal de Goiás (UFG) Pedro Cruz fala que o sistema de cotas ainda não conseguiu fazer reparação histórica que é um dos seus objetivos quando foi criada, o ideal seria que ela não existisse e que todas as pessoas fossem respeitadas, porém, o racismo ainda é muito forte no Brasil.

Por meio do que foi exposto, podemos analisar que ao longo da história estamos tendo passos importantes para a melhoria dos grupos sociais, exemplo disso são as ações afirmativas que vem ganhando cada vez mais força na sociedade, principalmente nas universidades, onde hoje já se tem políticas públicas não só para negros, mais para deficientes, ciganos, estudantes de escola pública de baixa renda e transgêneros, fazendo com que essa população esquecida por muitos possam ganhar seu espaço no corpo social, e tenham seus direitos garantidos, como o de estudar e ter uma boa qualidade de ensino.

Para Joaquim Barbosa (2001, p,5):

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

As ações afirmativas acabam ajudando e incentivando a população a prosseguir os estudos, podendo contribuir para uma vida melhor e transformadora, pois, sabemos que a educação pode mudar vidas, ela também obriga a sociedade a incluir os excluindo. Hoje além da universidade existem cotas em concursos, bancos e no mercado de trabalho, esses são alguns passos para que a sociedade um dia se torne igualitária.

4 METODOLOGIA

O estudo se qualifica em uma pesquisa qualitativa, pois, Segundo Richardson (2013, p. 79) a pesquisa qualitativa está ligada à qualidade, e não a números e quantidade. A pesquisa também se define como pesquisa de campo, onde, foi visitada três escolas públicas para coletar dados para compor a pesquisa.

As pesquisas de campo, segundo Gil (2008, p.57):

[...] procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.

Como já foi mencionado, o estudo está voltado para a qualidade da educação e das suas ações, principalmente como está sendo a prática da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) e a educação étnico-racial nas instituições escolares.

De acordo com Gil (2008, p. 08) “pode-se definir método como caminho para se chegar a um determinado fim”. Desse modo, podemos perceber que é através da metodologia que iremos chegar ao nosso objetivo final, sendo ela um dos pilares principais da pesquisa, contribuindo para os objetivos e resultados pesquisados.

Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo geral pesquisar como as escolas da rede pública do município de Guarabira/PB estão trabalhando a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) na sala de aula, sobretudo em relação às dificuldades e desafios encontrados no seu cotidiano.

Pois, Segundo Richardson (2013, p. 27):

A terceira etapa do método científico é a procura de informações sobre o fenômeno escolhido. Nessa etapa, o pesquisador tem a responsabilidade de procurar tudo o que existe sobre o fenômeno. A fonte principal são livros, revistas e relatórios de pesquisas. Atualmente, a internet está-se transformando em importante fonte de referência.

Sendo assim, como já foi citado, nesse estudo o aprofundamento nas leituras foi essencial, para a elaboração dos textos, e foi enriquecedor para o repertório histórico.

4.1 Caracterização dos sujeitos e do local

Participaram da pesquisa 9 professores(as) que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental I do município de Guarabira/PB, sendo oito do gênero feminino e apenas um do masculino. Para manter o anonimato, serão chamados de Professora 1, Professora 2, Professora 3, Professora 4, Professor 5, Professora 6, Professora 7, Professora 8 e Professora 9.

De acordo com Gil (2008, p.89):

As pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito freqüente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo.

Foram colhidas algumas informações pessoais, profissionais e acadêmicas dos/das professores/as, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Dados pessoais dos professores

DOCENTES	ESCOLARIDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO	IDADE
Professora 1	Superior mais especialização	Letras e Pedagogia	Há 20 anos	38 anos
Professora 2	Superior	História	Há 3 anos	29 anos
Professora 3	Superior mais especialização	Pedagogia e Psicopedagogia	Há 25 anos	51 anos
Professora 4	Superior	Pedagogia	Há 5 anos	43 anos
Professor 5	Superior mais especialização	Pedagogia	Há 29 anos	50 anos
Professora 6	Superior	Pedagogia	Há 7 anos	26 anos
Professora 7	Superior mais especialização	Licenciatura em Geografia	Há 25 anos	55 anos
Professora 8	Superior mais especialização	Letras, Pedagogia e Psicopedagogia	Há 12 anos	38 anos
Professora 9	Superior com mestrado na área de educação	Pedagogia e Psicopedagogia	Há 20 anos	49 anos

Fonte: A autora (2023).

A pesquisa ocorreu de forma presencial, em três escolas, sendo todas localizadas na cidade de Guarabira-PB, entre os dias 18 de setembro a 16 de outubro de 2023, pois foram em três escolas com uma distância longa uma da outra. Porém, foi bem recebida nas três instituições escolares e os/as professores/as estavam dispostos a contribuir com o que fosse necessário para o estudo.

Vale ressaltar, que todas as instituições são da rede pública de ensino, e que na cidade a área da educação é composta pela rede pública e privada, porém, nosso estudo como já foi citado, foi direcionado à educação pública.

A pesquisa foi voltada para os anos iniciais do ensino fundamental I nas séries iniciais (1º ano ao 5º ano), na qual, os professores responderam um questionário sobre suas práticas relacionada a educação étnico-racial, com ênfase no seus conhecimentos sobre a lei 10.630/03 (BRASIL, 2003), e em como lidam com a discriminação em sala de aula.

4.2. Instrumento da pesquisa

O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário. O mesmo é muito comum ser usado em estudos, pois, ele ajuda a obter respostas sem que cause algum tipo de incômodo e transtorno a pessoa que se dispôs a responder.

Segundo Gil (2008, p.122) o questionário tem diversas vantagens, entre elas atingir um número considerável de pessoas, economia nos gastos do pesquisador, assegura o anonimato dos voluntários, permite com que as pessoas respondam no melhor momento e horário favorável a elas.

Richardson (2013, p.189) menciona que:

Geralmente, os questionários' cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social, A informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo. Por exemplo: sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, preferência política etc. A descrição dessas características pode cumprir diversos objetivos.

O questionário utilizado no estudo, é composto por dois blocos, o primeiro com dados pessoais dos professores, e o segundo com seis perguntas abertas para que o professor ou professora possa adentrar em detalhes de cada pergunta, por meio dele, pude colher informações dos/das professores(as) das três escolas da rede pública de ensino, no qual, eles detalharam sobre como é inserida a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) nas suas práticas de ensino.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O intuito do estudo, foi analisar os conhecimentos dos profissionais de educação da cidade de Guarabira acerca da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) e saber como eles põem em prática o que é exigido por lei dentro da sala de aula. Portanto, como já citado no decorrer do estudo, foi aplicado o instrumento de pesquisa para nove professores que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental I no município de Guarabira/PB, abaixo irei apresentar os dados que obtive nos questionários respondido pelos professores voluntários da pesquisa.

Vale ressaltar, que nos itens seguintes trarei gráficos com os dados das respostas obtidas nos questionários, e que a última pergunta não ficará como gráfico devido à amplitude das diversas respostas.

5.1 Dados da pesquisa

Como já foi mencionado, o questionário foi dividido em dois blocos de informações, um com informações pessoais e outro com perguntas sobre as práticas dos docentes participantes do estudo, na primeira pergunta foi perguntado há quanto tempo o docente trabalhava na escola? Pois, para ele poder responder as demais perguntas, o professor ou professora precisaria ter conhecimentos sobre as escolas e sobre as práticas exigida por ela. O gráfico abaixo mostrará a porcentagem dessa pergunta.

Gráfico 1



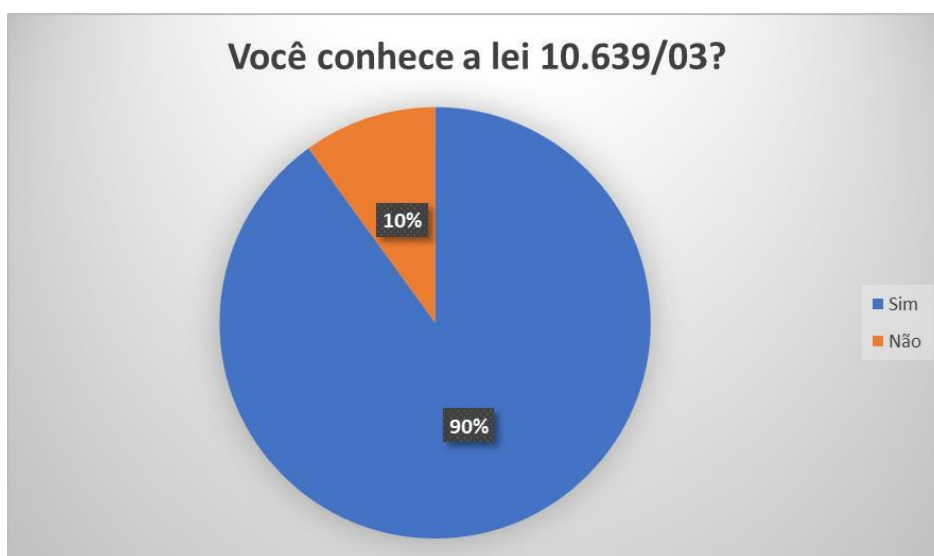
Fonte: A autora (2003).

Podemos analisar, que a maioria tem um determinado tempo na instituição de ensino, podendo contribuir com ideias e metodologias de ensino que irão ajudar no desenvolvimento da escola e dos estudantes. Apenas uma professora tem menos de um ano na escola, mesmo assim ela tem um conhecimento prévio.

Na segunda pergunta, queria saber se os professores conheciam a Lei nº 10.639/03, essa é uma das perguntas principais do estudo, já que, a pergunta é voltada a lei.

Pode-se analisar as respostas no gráfico abaixo:

Gráfico 2



Fonte: A autora (2023).

Pode-se observar, que a maioria dos voluntários tem conhecimento da Lei nº 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro Brasileira nas escolas, a lei sancionada em 2003 cerca de 20 anos atrás, é conhecida por muitos profissionais da educação e atualmente é obrigatória no currículo acadêmico nas universidades, inclusive na resposta de uma das professoras ela detalha que foi na universidade que ela teve seu conhecimento sobre a lei, isso acaba reforçando a importância dos conhecimentos adquiridos na universidade ainda durante a graduação, destaca também a importância de disciplinas como educação e afrodescendência, direitos humanos e outras.

Apenas um docente respondeu que não tinha conhecimento da lei, isso mostra o quanto ainda existem profissionais que não buscam conhecimentos sobre

a aplicabilidade da lei, e que ainda existe uma resistência dos profissionais da educação relacionado a educação étnico-racial.

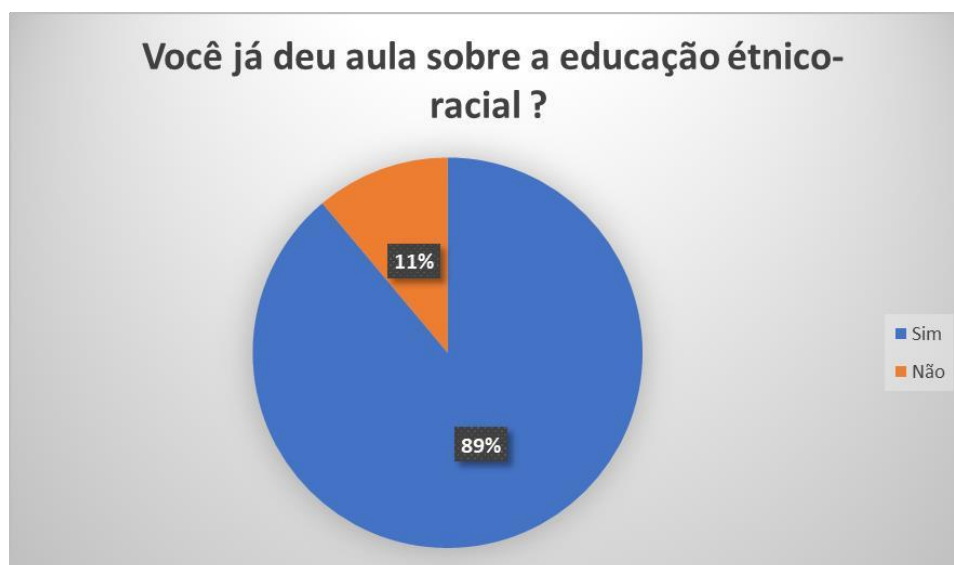
Munanga (2005, p.149) fala “Que tipo de profissionais temos sido? A educação carece de princípios éticos que orientem a prática pedagógica e a sua relação com a questão racial na escola e na sala de aula”

Munanga convida os profissionais da educação para fazer uma autoanálise sobre que tipo de profissionais eles têm sido, e como os professores tem agido na sala de aula com questões sobre o racismo, pois, o professor tem esse papel de ajudar a desconstruir o racismo, até mesmo explicar o que é e as causas dele, visto que as crianças reproduzem aquilo que escutam e muitas vezes nem sabem o que é.

Na terceira pergunta, queria saber se os docentes já tinham dado aula sobre a educação étnico-racial. O objetivo dessa pergunta era saber se mesmo com o conhecimento da Lei nº 10.639/03 os mestres buscavam de alguma forma colocavam em prática.

Podemos ver, no gráfico abaixo:

Gráfico 3



Fonte: A autora, 2023.

Nessa pergunta, além de saber se os professores já teriam dado alguma aula sobre a educação étnico-racial, eu queria saber como foi essa aula, e obtive algumas respostas, ela foi realizada por meio de contos e obras literárias, conversas formal e informal e por meio da ludicidade.

Apenas uma pessoa respondeu que nunca tinha dado aula sobre a educação étnico-racial, isso é bastante preocupante, pois, aulas como essa ajudam no pensamento crítico da criança, no seu autoconhecimento e na convivência com as pessoas, ainda evita casos de racismo na sala de aula. O professor ou professora é responsável por dar aulas sobre racismo, desigualdade e diversidade cultural, esses primeiros conceitos e de responsabilidade do professor.

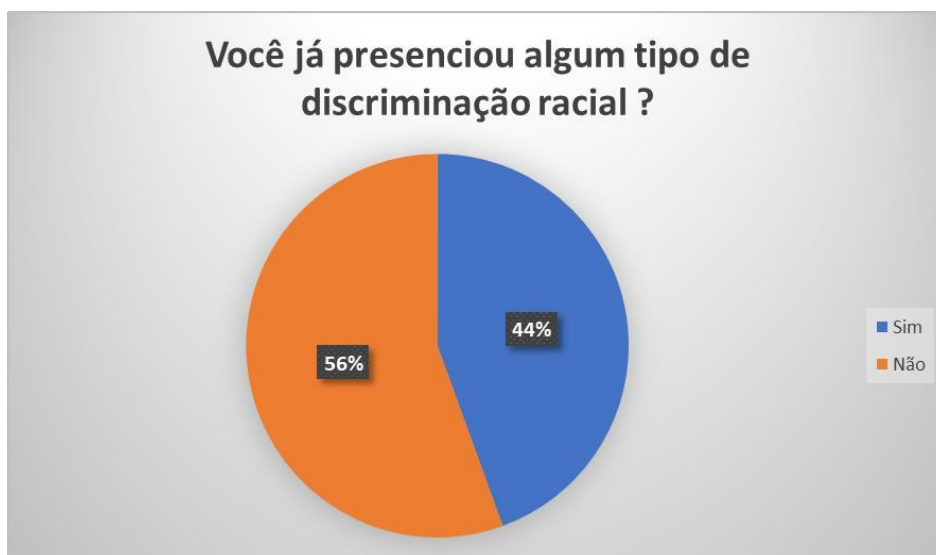
Segundo Munanga (2005, p.22):

Observando-se de uma forma determinista o problema, que é em grande parte relativizado pela ação humana, como veremos a seguir, os professores, a quem é atribuída a ação de contemplar as diferenças culturais na sua prática pedagógica, poderiam ter internalizado o senso comum da desigualdade das diferenças culturais e não evidenciar na sua prática pedagógica essa ação.

Na próxima pergunta, queria saber se os professores já presenciaram algum tipo de discriminação racial na sala. Sabemos que o racismo está infelizmente presente na sociedade, e na escola não seria diferente, as crianças acabam replicando o que ver em casa, e falando alguns xingamentos com o teor racista, ofendendo o colega devido à sua cor ou do seu estereótipo.

Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 4



Fonte: A autora (2023).

Podemos perceber, que essa pergunta foi mais dividida e que predominou a resposta não, cinco professores responderam que não presenciou nenhum tipo de

discriminação racial em sua sala ou na escola, esse é um ponto muito positivo, sinal que está diminuindo os casos de discriminação nas escolas.

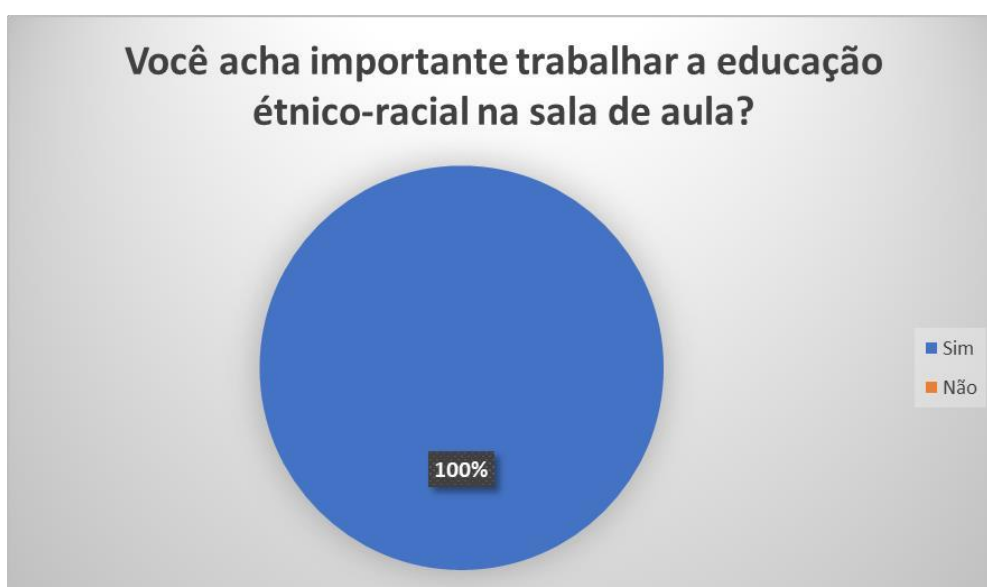
Por outro lado, teve quatro professores que responderam que sim, que já presenciaram casos de discriminação via apelidos sobre a cor da pele e a forma e os tipos de cabelos, casos como esses são bastantes comuns nas escolas, infelizmente, os docentes também relatam que já presenciaram xingamentos no teor racista como macaco, negrinho, cor de carvão, cor de bandido e burro, uma professora ressalta que uma das crianças que pratica uma fala racista também é negro, porém, sua cor não é tão retinta quanto a vítima da ofensa, essas atitudes causam nos alunos negros uma baixa autoestima.

Sobre esse contexto, Munanga (2005, p.26) se refere que:

As origens dessa baixa expectativa podem estar na internalização da representação do negro como pouco inteligente, “burro”, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, um estereótipo criado para justificar a exclusão no processo produtivo pós-escravidão e ainda na atualidade.

Na pergunta a seguir pergunto se os professores e professoras acham importante trabalhar a educação étnico-racial na sala de aula, quero saber se os voluntários acham importante a lei nº 10.639/03, já que, nas respostas anteriores podemos ver que ainda existe professores/as que não põem em prática a lei. No gráfico abaixo podemos analisar as respostas:

Gráfico 5



Fonte: A autora (2023)

Desse modo, podemos ver que essa pergunta teve uma resposta unânime, todos os educadores que participaram da pesquisa falaram que acham importante trabalhar sim a educação étnico-racial na sala de aula, alguns, citam a impotência de trabalhar ela não só em datas específicas, mas em todo o ano, essa resposta é ótima, pois, é importante que os mestres tenham essa visão, sendo eles os responsáveis por essa mudança na sala de aula.

De acordo com Munanga (2005, p.76):

Esta educação, profundamente vinculada às matrizes culturais diversificadas que fazem parte da formação da nossa identidade nacional, deve permitir aos alunos respeitar os valores positivos que emergem do confronto dessas diferenças, possibilitando-lhes ao mesmo tempo desativar a carga negativa e eivada de preconceitos que marca a visão discriminatória de grupos sociais, com base em sua origem étnica, suas crenças religiosas ou suas práticas culturais.

Por fim, a última pergunta foi: Como a educação étnico-racial é inserida na escola? Com a pergunta, buscamos saber sobre a educação étnico-racial na escola. Como foi uma pergunta onde as respostas foram grandes e explicativas não foi possível colocar em gráfico.

Nesta última pergunta, os professores deram uma resposta mais detalhada, eles/elas responderam que ela é inserida por meio de contos africanos, conversas informais, debates, atividades temáticas, brinquedos, brincadeiras, fatos que acontecem no cotidiano e a valorização dos costumes herdados dos africanos.

Uma das respostas que se destacou, foi de uma professora que relata que na escola em que ela trabalha eles inserem a educação étnico-racial por meio de um desfile das belezas negras da escola, evidenciando a pele negra e os cabelos crespos e cacheados das crianças. A iniciativa é bastante interessante, pois, além de quebrar vários tabus, exalta a beleza negra e mostra para as crianças que a beleza negra é tão linda quanto a beleza branca, e ainda contribui para a autoestima das crianças negras, e acaba rompendo e combatendo o preconceito que acontecem nas escolas.

Ajudando também na desconstrução do estereótipo físico e intelectual imposto pela sociedade aos negros, Munanga traz no seu livro "*Superando o racismo na escola*" aponta sugestões que contribuem para essa desconstrução.

Munanga (2005, p. 28) afirma que:

Trabalhar a razão de ser dos diferentes tipos de cabelo, ensinar como tratá-los, realizar concursos de penteados afros, trazer trançadeiras para trançar na sala de aula, são algumas atividades que podem desconstruir a

negatividade atribuída à textura dos cabelos crespos.

É exatamente o que a professora mostra, isso acaba ajudando e contribuindo muito na desconstrução do estereótipo, na valorização das raízes e culturas afros e no racismo. Exemplos como esse poderiam ser seguidos pelas escolas, iriam contribuir muito para as crianças e para a sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com fundamento acerca da reflexão e de análises teóricas dos temas abordados no estudo, é possível ressaltar a importância da lei n.º 10.639/03 nas escolas e do ensino da educação étnico-racial.

Desse modo, podemos ver que o avanço da imposição da lei 10.639(BRASIL, 2003) e da prática da educação étnico-racial depende dos professores e professoras, pois, eles são a fonte principal dos saberes que são compartilhados com as crianças na sala de aula, para isso, saber e ter conhecimentos sobre a diversidade racial e suas práticas é fundamental para os docentes.

Tendo em vista, que os resultados da pesquisa foram muito positivos, por mais que alguns professores não tenham inserido com tanta frequência ou com total domínio a prática da educação étnico-racial, foi possível observar que na maioria ela está presente de alguma forma, seja por meio de histórias ou da ludicidade. Outro ponto positivo foi levar para a escola a cultura negra e seu estereótipo de forma divertida através de um desfile, fica como exemplo para ajudar a lidar com os estereótipos nas escolas.

Portanto, considero que atingir todos meus objetivos, e pude aprender um pouco com cada professor que se dispôs a ajudar como voluntário na pesquisa, por fim, acredito que estamos sim dando passos importantes para a educação étnico-racial nas escolas, por mais que esses passos sejam lentos e aos poucos, já existem professores que fazem questão de incluir ela em sua prática e no seu plano de aula, se tornando não só uma obrigação garantida por lei, mas uma prática contínua e diária.

Acredito que a educação ajuda ampliar a visão e as perspectivas das pessoas, a partir dela o mundo pode se tornar um lugar melhor, onde não exista discriminação, racismo e preconceito. Somente assim, podemos viver bem, sabendo que estamos seguros e amparados de qualquer mal ligado ao preconceito.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P.N. **Dinâmicas lúdicas jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola. 1978.
- ARAÚJO, Isis; SOUZA, Maria. **A importância da ludicidade nos anos iniciais ensino fundamental**. *Revista Científica eletrônica de ciência aplicada da FAIT*. V.16, n.1, p. 1 a 10, maio de 2010.
- BARBOSA, Joaquim B. Barbosa Gomes. **O Debate Constitucional Sobre AsAções Afirmativas**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.
- BOURBIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. 01.Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.
- BRAMBATTI, Guilherme; MARINA, Valderez. O desenvolvimento do pensamento crítico na educação: uma meta possível. **Revista Educação UNISINOS**, Rio Grande do Sul, v.22, n. 4 p.1-10, 04 de abril de 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217762102018000400334#B19.
- BRASIL, **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileiras", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de Janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 22 de julho de 2023.
- BRASIL, **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de agosto de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 24 de agosto de 2023.
- CAETANO, Érica. História do sistema de cotas no Brasil. **UOL**, Disponível em: <https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/cotas/historia-sistema-cotas-no-Brasil.htm> URL. Acesso em 22, setembro de 2023.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Editora ATLAS S.A, 2008.
- JUSTI, Kirsche. **Sou sobrevivente pela educação, diz professora negra que comoveu a Flip ao falar de racismo**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/um-negro-para-estudar-e-pobre-passa-por-muitas-humilhacoes-diz-professora-que-comoveu-a-flip.ghtml> Acesso em: 15 de novembro de 2023.
- KLENK, Silvana. **Relação Étnico-Raciais na Escola**. Paraná
- LIMA, Declisse. **EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O CUMPRIMENTO DA LEI 10.639/03**. 2020. 43. (Fundamentos da Educação e Formação docente) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2020.
- LIPMAN, M. **O pensar na educação**. 4a ed., Petrópolis, Vozes, 2008.

MACEDO, Lino de e PETTY, Ana Lúcia Sícoli e PASSOS, Norimar Christe. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed. Acesso em: 03 setembro. 2023, 2005.

MOREIRA, Márcia; SILVA, Maurício. **Percurso da lei 10639/03: Antecedente e Desdobramentos**. São Paulo, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2013

APÊNDICE



Universidade Estadual da Paraíba

Prezado(a) docente da escola _____ sou
estudante do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus
Guarabira, e estou realizando uma pesquisa sobre a aplicabilidade da lei 10.630/03 nas escolas
do município de Guarabira/PB. Espero contar com sua contribuição para responder este
questionário, obrigada. As informações aqui prestadas são únicas e exclusivamente para a
pesquisa e serão sigilosas.

1. Dados de Identificação do/da Docente:

Nome: _____ Idade: _____

Escolaridade: () Ensino Superior () Especialização () Mestrado () Doutorado

Área de formação acadêmica: _____ Tempo de docência: _____

2. Dados Sobre a prática docente:

1- Há quanto tempo você trabalha na escola?

2- Você conhece a Lei 10.630/03 (Torna obrigatório o ensino da história e cultura afro
Brasileira)?

3- Você já deu aula sobre a educação étnico-racial? Se sim, explique como foi a aula.

4 - Na sala você já presenciou algum tipo de discriminação racial, se sim como foi?

5 - Você acha importante trabalhar a educação étnico-racial na sala de aula?

6 - Como a educação étnico-racial é inserida na escola?
